

São Paulo, 31 de março de 2021.

Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras do PagSeguro Internet S.A. Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em cumprimento às determinações do Banco Central do Brasil, em especial a Circular 3964/19 e Carta-Circular 3981/19, encaminhamos as Demonstrações Financeiras do PagSeguro Internet S.A. ("PagSeguro"), que compreendem o relatório da administração, o balanço patrimonial, demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstrações de resultados abrangentes, as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas a exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

#### Termo de Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e conteúdo das Demonstrações Financeiras e arquivos apresentados. As Demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em conformidade com as regulamentações aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Divulgação

As Demonstrações Financeiras, contidas neste documento, foram divulgadas em diretório de acesso público no sítio do PagSeguro no dia 31 de março de 2021 e podem ser acessadas por meio do link: https://pagseguro.uol.com.br/demonstracoes-financeiras.

Atenciosamente,

#### PAGSEGURO INTERNET S.A.



Eduardo Alcaro Diretor Vice-Presidente Wilson Gomes de Lima Contador – CRC: 1SP212238/O-0 www.pwc.com.br

## PagSeguro Internet S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e relatório do auditor independente



Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório da Administração

Notas explicativas às demonstrações financeiras ......10



# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas PagSeguro Internet S.A.

#### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do PagSeguro Internet S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do PagSeguro Internet S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota 8 às demonstrações financeiras, a Instituição possuía aplicações em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PagSeguro I ("FIDC") no montante de R\$ 3.084.962 mil em 31 de dezembro de 2020 e ganho de R\$ 1.902.662 mil no exercício findo nessa data. A administração registra a referida aplicação na conta de "Investimentos", no grupo de "Ativo Permanente", e o respectivo ganho como "Resultado de participações em coligadas e controladas", no grupo de "Outras receitas/despesas operacionais", o que está em desacordo com a classificação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, que prevê que as aplicações desta natureza devem ser registradas na conta de "Títulos e valores mobiliários", enquanto que o respectivo resultado na conta de "Resultado de operações com instrumentos financeiros". Dessa forma, a apresentação dessa aplicação no balanço patrimonial e na demonstração do resultado não atendem essas diretrizes do Banco Central do Brasil. Este assunto, conforme descrito na Nota nº 8, está sendo atualmente discutido pela Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos externos, com o Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, a classificação das aplicações em cotas do FIDC na conta de "Investimentos" e do resultado apurado como "Resultado de participação em controladas e coligadas" estão em desacordo a classificação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Concluímos que as outras informações apresentam distorção relevante pela mesma razão e valores mencionados na referida seção.

#### **Outros assuntos**

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 30 de março de 2020, com ressalva quanto ao mesmo assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva".

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das
  coligadas e controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição.
  Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas
  e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021

Price Wellshouse Coopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos Contador CRC 1PR050377/O-6

#### Relatório da Administração

Em atendimento à circular nº 3.833/2017 do Banco Central do Brasil (BACEN), a Administração do PagSeguro Internet S.A. ("Companhia" ou "PagSeguro"), subsidiária do PagSeguro Digital Ltd. ("PagSeguro Digital") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O PagSeguro é um Arranjo de Pagamento Fechado e uma instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós-pagos além de desempenhar atividades pertinentes ou correlatas às mencionadas nos itens precedentes, incluindo, mas não se limitando, veiculação de publicidade e desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira de transações relacionadas a determinado serviço de pagamento e participação em outras sociedades, cujo objeto social seja relacionada, necessária ou conveniente a consecução do objeto social da sociedade no Brasil e/ou no exterior. A Companhia obteve em 17 de outubro de 2018 autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União.

Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN, além de seguir os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Nesse sentido, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia obteve R\$113.980 milhões de valor financeiro transacionado e atingiu 6.6 milhões (com pelo menos uma transação nos últimos 12 meses), que aumentaram R\$38.334 milhões em relação ao valor financeiro transacionado de R\$75.646 milhões e 1,4 milhão em relação aos 5,2 milhões de lojistas ativos comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O PagSeguro obteve lucro líquido de R\$1.268 milhões, um decréscimo de R\$113 milhões comparado ao montante de R\$1.381 milhões no exercício de 2019, destacando a receita de prestação de serviços que totalizou o valor de R\$4.681 milhões substancialmente representada pela receita de intermediação financeira, um aumento de R\$696 milhões comparado ao valor de R\$3.985 milhões do exercício de 2019 e pelo resultado de participações em coligadas e controladas que totalizou R\$1.856 milhões montante composto pela equivalência patrimonial das empresas investidas, um aumento de R\$215 milhões referente a participações em coligadas comparado ao saldo de R\$1.641 milhões referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos da Companhia totalizaram R\$20.595 milhões, um crescimento de R\$4.557 milhões comparado ao total de R\$ 16.038 milhões registrados em 31 de dezembro de 2019. O principal ativo do PagSeguro refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito no valor de R\$10.919 milhões, apresentou aumento de R\$1.178 milhões comparado ao valor de R\$9.741 milhões referente ao exercício de 2019. Vale ainda destacar o valor investido em empresas controladas pela Companhia que totalizou R\$3.998 milhões, um aumento de R\$1.616 milhões comparado ao saldo de R\$2.382 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido totalizou R\$8.408 milhões, apresentou crescimento de R\$922 milhões comparado a R\$7.486 milhões em 31 de dezembro de 2019. Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido:

- Lucro líquido de R\$1.268 milhões no exercício findo em dezembro de 2020, atingiu decréscimo de R\$113 milhões comparado ao montante de R\$1.381 milhões no exercício de 2019;
- Destinação de dividendos no valor de R\$377 milhões para o PagSeguro Digital, um aumento de R\$212 milhões comparado ao montante de R\$165 milhões no exercício de 2019;
- Constituição de reservas legais e de lucros no valor de R\$891 milhões, um decréscimo de R\$325 milhões comparado ao montante de R\$1.216 milhões no exercício de 2019.

Em relação às movimentações de caixa, importante reiterar o comprometimento do PagSeguro em ser uma Companhia disruptiva no mercado e com relevantes investimentos em tecnologia, prova disso é o investimento de R\$512 milhões em intangíveis, composto basicamente por desenvolvimento de softwares e R\$1.521 milhões em ativos fixos, referentes principalmente a POS, que apresentaram crescimento de R\$156 milhões e R\$1.153 milhões, respectivamente comparados aos valores de R\$356 milhões e R\$368 milhões em 31 de dezembro de 2019. Além de R\$407 milhões de aportes de capital em controladas, um aumento de R\$285 milhões, comparado ao montante de R\$122 milhões no exercício de 2019 e R\$367 milhões em aquisições de novas empresas para o grupo, valor basicamente composto pela aquisição da Wirecard ("MOIP"), um aumento de R\$348 milhões comparado ao montante de R\$19 milhões no exercício de 2019.

O resultado apresentado pela Companhia deve-se especialmente ao representativo aumento no número de clientes ativos e volume total transacionado em contrapartida aos impactos sofridos em 2020 pelo COVID-19.

São Paulo, 31 de março de 2021

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$)

		31 de dezembro de			
Ativo	Nota explicativa	2020	2019 (reapresentado)		
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	551.573	473.233		
Instrumentos financeiros Carteira Própria	5 —	955.260 955.260	<u>-</u>		
Relações interfinanceiras	Ç	10.919.449	9.740.871		
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	6	10.919.449	9.740.871		
Outros créditos Rendas a Receber		374.781 23.557	412.818 23.236		
Diversos	7	351.224	389.582		
Outros valores e bens Despesas Antecipadas	_	71.806 71.806	74.535 74.535		
Total do ativo circulante	_	12.872.869	10.701.457		
Realizável a longo prazo	_	12.0.2.00	10.701.707		
Instrumentos financeiros		335.091	1.528.685		
Carteira Própria	5	335.091	1.528.685		
Outros créditos Diversos	7 —	798.581 798.581	508.432 508.432		
	1				
Outros valores e bens Despesas Antecipadas	_	10.286 10.286	7.207 7.207		
Permanente					
Investimentos		3.998.222	2.381.874		
No País	8	3.998.222	2.381.874		
Imobilizado em uso	_	1.726.492	396.885		
Imobilizações de Uso (Depreciações Acumuladas)	9 9	1.965.640 (239.148)	444.153 (47.268)		
Intangível		853.733	513.600		
Ativos Intangíveis (Amortização Acumulada)	10 10	1.348.600 (494.867)	836.829 (323.229)		
Total do ativo não circulante	_	7.722.405	5.336.683		
Total do ativo		20.595.274	16.038.140		
	_				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet S.A. Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$)

		31 de dezembro de		
Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2020	2019 (reapresentado)	
Circulante				
Depósitos		567.123	1.202.270	
Outros Depósitos	11	567.123	1.202.270	
Outras obrigações		9.763.951	6.128.064	
Valores a repassar a estabelecimentos	11	8.567.216	5.279.214	
Diversas	11	1.122.435	698.172	
Fiscais e Previdenciárias	13	74.300	150.678	
Resultados de exercícios futuros				
Resultados de Exercícios Futuros		186.219	42.184	
Total resultados de exercícios futuros		186.219	42.184	
Total do passivo circulante	<u> </u>	10.517.293	7.372.518	
Passivo exigível a longo prazo				
Outras obrigações		1.646.121	1.153.362	
Fiscais e Previdenciárias	13	1.311.133	854.566	
Diversas	11	334.988	298.796	
Resultados de exercícios futuros				
Resultados de Exercícios Futuros		23.394	26.025	
Total resultados de exercícios futuros		23.394	26.025	
Patrimônio líquido	40	E 220 00 4	5 200 004	
Capital - de domiciliados no País Reservas de Lucros	16 16	5.230.994 3.176.847	5.200.994 2.285.441	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16	625	(200)	
Total do patrimônio líquido		8.408.466	7.486.235	
Total do passivo e patrimônio líquido	<u> </u>	20.595.274	16.038.140	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa         2020         2019           Receitas de intermediação financeira         51.812         143.737         133.467           Despesas de intermediação financeira         (4.230)         (9.750)         (4.993)           Operações de Empréstimos e Repasses         (4.230)         (9.750)         (4.993)           Resultado bruto da intermediação financeira         47.582         133.988         128.474           Outras receitas/despesas operacionais         848.025         1.561.059         1.862.877           Receitas de Prestação de Serviços         17         2.765.126         4.681.295         3.984.920           Outras receitas/despesas operacionais         8         1.055.829         1.855.542         1.640.602           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         8         1.055.829         1.855.542         1.640.602           Outras Receitas Operacionais         18         (732.361)         (1.301.424)         (813.703)           Despesas Administrativas         18         (732.361)         (1.301.424)         (813.703)           Despesas Tributárias         20         (295.640)         (505.499)         (465.890)           Despesas Tributárias         20         (295.640)         (505.499)         (465.890)			2º Semestre	Exercícios		
Receitas de intermediação financeira         51.812         143.737         133.467           Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários         51.812         143.737         133.467           Despesas de intermediação financeira         (4.230)         (9.750)         (4.993)           Operações de Empréstimos e Repasses         (4.230)         (9.750)         (4.993)           Resultado bruto da intermediação financeira         47.582         133.988         128.474           Outras receitas/despesas operacionais         848.025         1.561.059         1.862.877           Receitas de Prestação de Serviços         17         2.765.126         4.681.295         3.984.920           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         8         1.055.829         1.855.542         1.640.602           Outras Receitas Operacionais         18         (732.361)         (1.301.424)         (813.703)           Despesas Administrativas         19         (1.828.126)         (2.938.906)         (2.371.085)           Despesas Tributárias         20         (295.640)         (505.499)         (465.890)           Despesas de Pessoal         21         (140.082)         (304.037)         (145.466)           Resultado operacional         (9.452)         104.004         15.733			2020	2020	2019	
Despesas de intermediação financeira         (4.230)         (9.750)         (4.993)           Resultado bruto da intermediação financeira         47.582         133.988         128.474           Outras receitas/despesas operacionais         848.025         1.561.059         1.862.877           Receitas de Prestação de Serviços         17         2.765.126         4.681.295         3.984.920           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         8         1.055.829         1.855.542         1.640.602           Outras Receitas Operacionais         18         (732.361)         (1.301.424)         (813.703)           Despesas Administrativas         18         (732.361)         (1.301.424)         (813.703)           Despesas Operacionais         19         (1.828.126)         (2.938.906)         (2.371.085)           Despesas Tributárias         20         (295.640)         (505.499)         (465.890)           Despesas de Pessoal         21         (140.082)         (304.037)         1145.466           Resultado operacional         895.607         1.695.047         1.991.351           Receitas (despesas) não operacionais         (9.452)         104.004         15.733           Resultado antes da tributação social         (192.431)         (477.628)         (585	Receitas de intermediação financeira		51.812	143.737	133.467	
Operações de Empréstimos e Repasses         (4.230)         (9.750)         (4.993)           Resultado bruto da intermediação financeira         47.582         133.988         128.474           Outras receitas/despesas operacionais         848.025         1.561.059         1.862.877           Receitas de Prestação de Serviços         17         2.765.126         4.681.295         3.984.920           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         8         1.055.829         1.855.542         1.640.602           Outras Receitas Operacionais         23.279         74.089         33.499           Despesas Administrativas         18         (732.361)         (1.301.424)         (813.703)           Despesas Operacionais         19         (1.828.126)         (2.938.906)         (2.371.085)           Despesas Tributárias         20         (295.640)         (505.499)         (465.890)           Despesas de Pessoal         21         (140.082)         (304.037)         (145.466)           Resultado operacional         895.607         1.695.047         1.991.351           Receitas (despesas) não operacionais         (9.452)         104.004         15.733           Resultado antes da tributação social         (192.431)         (477.628)         (585.121)	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		51.812	143.737	133.467	
Resultado bruto da intermediação financeira         47.582         133.988         128.474           Outras receitas/despesas operacionais         848.025         1.561.059         1.862.877           Receitas de Prestação de Serviços         17         2.765.126         4.681.295         3.984.920           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         8         1.055.829         1.855.542         1.640.602           Outras Receitas Operacionais         18         (732.361)         (1.301.424)         (813.703)           Despesas Administrativas         18         (732.361)         (1.301.424)         (813.703)           Despesas Operacionais         19         (1.828.126)         (2.938.906)         (2.371.085)           Despesas Tributárias         20         (295.640)         (505.499)         (465.890)           Despesas de Pessoal         21         (140.082)         (304.037)         (145.466)           Resultado operacional         895.607         1.695.047         1.991.351           Receitas (despesas) não operacionais         (9.452)         104.004         15.733           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         886.155         1.799.051         2.007.084           Imposto de renda e contribuição social         (192.431)         (			(4.230)	(9.750)		
Outras receitas/despesas operacionais         848.025         1.561.059         1.862.877           Receitas de Prestação de Serviços         17         2.765.126         4.681.295         3.984.920           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         8         1.055.829         1.855.542         1.640.602           Outras Receitas Operacionais         23.279         74.089         33.499           Despesas Administrativas         18         (732.361)         (1.301.424)         (813.703)           Despesas Operacionais         19         (1.828.126)         (2.938.906)         (2.371.085)           Despesas Tributárias         20         (295.640)         (505.499)         (465.890)           Despesas de Pessoal         21         (140.082)         (304.037)         (145.466)           Resultado operacional         895.607         1.695.047         1.991.351           Receitas (despesas) não operacionais         (9.452)         104.004         15.733           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         886.155         1.799.051         2.007.084           Imposto de renda e contribuição social         (192.431)         (477.628)         (585.121)           Provisão para Imposto de Renda         14         (29.598)         (35.156)	Operações de Empréstimos e Repasses		(4.230)	(9.750)	(4.993)	
Receitas de Prestação de Serviços         17         2.765.126         4.681.295         3.984.920           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         8         1.055.829         1.855.542         1.640.602           Outras Receitas Operacionais         23.279         74.089         33.499           Despesas Administrativas         18         (732.361)         (1.301.424)         (813.703)           Despesas Operacionais         19         (1.828.126)         (2.938.906)         (2.371.085)           Despesas Tributárias         20         (295.640)         (505.499)         (465.890)           Despesas de Pessoal         21         (140.082)         (304.037)         (145.466)           Resultado operacional         895.607         1.695.047         1.991.351           Receitas (despesas) não operacionais         (9.452)         104.004         15.733           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         886.155         1.799.051         2.007.084           Imposto de renda e contribuição social         (192.431)         (477.628)         (585.121)           Provisão para Imposto de Renda         14         (29.598)         (35.156)         (21.835)           Provisão para Contribuição Social         14         (7.439)         (7.43	Resultado bruto da intermediação financeira		47.582	133.988	128.474	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         8         1.055.829         1.855.542         1.640.602           Outras Receitas Operacionais         18         (732.361)         (1.301.424)         (813.703)           Despesas Administrativas         19         (1.828.126)         (2.938.906)         (2.371.085)           Despesas Operacionais         20         (295.640)         (505.499)         (465.890)           Despesas de Pessoal         21         (140.082)         (304.037)         (145.466)           Resultado operacional         895.607         1.695.047         1.991.351           Receitas (despesas) não operacionais         (9.452)         104.004         15.733           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         886.155         1.799.051         2.007.084           Imposto de renda e contribuição social         (192.431)         (477.628)         (585.121)           Provisão para Imposto de Renda         14         (29.598)         (35.156)         (21.835)           Provisão para Contribuição Social         14         (7.439)         (7.439)         (103)           Ativo Fiscal Diferido         14         (155.394)         (435.033)         (563.183)           Participações no Lucro         (51.506)         (53.463)	Outras receitas/despesas operacionais		848.025	1.561.059	1.862.877	
Outras Receitas Operacionais         23.279         74.089         33.499           Despesas Administrativas         18         (732.361)         (1.301.424)         (813.703)           Despesas Operacionais         19         (1.828.126)         (2.938.906)         (2.371.085)           Despesas Tributárias         20         (295.640)         (505.499)         (465.890)           Despesas de Pessoal         21         (140.082)         (304.037)         (145.466)           Resultado operacional         895.607         1.695.047         1.991.351           Receitas (despesas) não operacionais         (9.452)         104.004         15.733           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         886.155         1.799.051         2.007.084           Imposto de renda e contribuição social         (192.431)         (477.628)         (585.121)           Provisão para Imposto de Renda         14         (29.598)         (35.156)         (21.835)           Provisão para Contribuição Social         14         (7.439)         (7.439)         (103)           Ativo Fiscal Diferido         14         (155.394)         (435.033)         (563.183)           Participações no Lucro         (51.506)         (53.463)         (40.705)           Luc		17	2.765.126	4.681.295	3.984.920	
Despesas Administrativas         18         (732.361)         (1.301.424)         (813.703)           Despesas Operacionais         19         (1.828.126)         (2.938.906)         (2.371.085)           Despesas Tributárias         20         (295.640)         (505.499)         (465.890)           Despesas de Pessoal         21         (140.082)         (304.037)         (145.466)           Resultado operacional         895.607         1.695.047         1.991.351           Receitas (despesas) não operacionais         (9.452)         104.004         15.733           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         886.155         1.799.051         2.007.084           Imposto de renda e contribuição social         (192.431)         (477.628)         (585.121)           Provisão para Imposto de Renda         14         (29.598)         (35.156)         (21.835)           Provisão para Contribuição Social         14         (7.439)         (7.439)         (103)           Ativo Fiscal Diferido         14         (155.394)         (435.033)         (563.183)           Participações no Lucro         (51.506)         (53.463)         (40.705)           Lucro líquido         642.218         1.267.959         1.381.258           Quantidade		8				
Despesas Operacionais         19         (1.828.126)         (2.938.906)         (2.371.085)           Despesas Tributárias         20         (295.640)         (505.499)         (465.890)           Despesas de Pessoal         21         (140.082)         (304.037)         (145.466)           Resultado operacional         895.607         1.695.047         1.991.351           Receitas (despesas) não operacionais         (9.452)         104.004         15.733           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         886.155         1.799.051         2.007.084           Imposto de renda e contribuição social         (192.431)         (477.628)         (585.121)           Provisão para Imposto de Renda         14         (29.598)         (35.156)         (21.835)           Provisão para Contribuição Social         14         (7.439)         (7.439)         (103)           Ativo Fiscal Diferido         14         (155.394)         (435.033)         (563.183)           Participações no Lucro         (51.506)         (53.463)         (40.705)           Lucro líquido         642.218         1.662.133.845         1.662.133.845         1.655.760.489						
Despesas Tributárias         20         (295.640)         (505.499)         (465.890)           Despesas de Pessoal         21         (140.082)         (304.037)         (145.466)           Resultado operacional         895.607         1.695.047         1.991.351           Receitas (despesas) não operacionais         (9.452)         104.004         15.733           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         886.155         1.799.051         2.007.084           Imposto de renda e contribuição social         (192.431)         (477.628)         (585.121)           Provisão para Imposto de Renda         14         (29.598)         (35.156)         (21.835)           Provisão para Contribuição Social         14         (7.439)         (7.439)         (103)           Ativo Fiscal Diferido         14         (155.394)         (435.033)         (563.183)           Participações no Lucro         (51.506)         (53.463)         (40.705)           Lucro líquido         642.218         1.267.959         1.381.258           Quantidade de ações         1.662.133.845         1.662.133.845         1.655.760.489					` ,	
Despesas de Pessoal       21       (140.082)       (304.037)       (145.466)         Resultado operacional       895.607       1.695.047       1.991.351         Receitas (despesas) não operacionais       (9.452)       104.004       15.733         Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações       886.155       1.799.051       2.007.084         Imposto de renda e contribuição social       (192.431)       (477.628)       (585.121)         Provisão para Imposto de Renda       14       (29.598)       (35.156)       (21.835)         Provisão para Contribuição Social       14       (7.439)       (7.439)       (103)         Ativo Fiscal Diferido       14       (155.394)       (435.033)       (563.183)         Participações no Lucro       (51.506)       (53.463)       (40.705)         Lucro líquido       642.218       1.267.959       1.381.258         Quantidade de ações       1.662.133.845       1.662.133.845       1.655.760.489						
Resultado operacional         895.607         1.695.047         1.991.351           Receitas (despesas) não operacionais         (9.452)         104.004         15.733           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         886.155         1.799.051         2.007.084           Imposto de renda e contribuição social         (192.431)         (477.628)         (585.121)           Provisão para Imposto de Renda         14         (29.598)         (35.156)         (21.835)           Provisão para Contribuição Social         14         (7.439)         (7.439)         (103)           Ativo Fiscal Diferido         14         (155.394)         (435.033)         (563.183)           Participações no Lucro         (51.506)         (53.463)         (40.705)           Lucro líquido         642.218         1.267.959         1.381.258           Quantidade de ações         1.662.133.845         1.655.760.489				• •		
Receitas (despesas) não operacionais       (9.452)       104.004       15.733         Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações       886.155       1.799.051       2.007.084         Imposto de renda e contribuição social       (192.431)       (477.628)       (585.121)         Provisão para Imposto de Renda       14       (29.598)       (35.156)       (21.835)         Provisão para Contribuição Social       14       (7.439)       (7.439)       (103)         Ativo Fiscal Diferido       14       (155.394)       (435.033)       (563.183)         Participações no Lucro       (51.506)       (53.463)       (40.705)         Lucro líquido       642.218       1.267.959       1.381.258         Quantidade de ações       1.662.133.845       1.662.133.845       1.655.760.489	Despesas de Pessoal	21	(140.082)	(304.037)	(145.466)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações       886.155       1.799.051       2.007.084         Imposto de renda e contribuição social       (192.431)       (477.628)       (585.121)         Provisão para Imposto de Renda       14       (29.598)       (35.156)       (21.835)         Provisão para Contribuição Social       14       (7.439)       (7.439)       (103)         Ativo Fiscal Diferido       14       (155.394)       (435.033)       (563.183)         Participações no Lucro       (51.506)       (53.463)       (40.705)         Lucro líquido       642.218       1.267.959       1.381.258         Quantidade de ações       1.662.133.845       1.662.133.845       1.655.760.489	Resultado operacional		895.607	1.695.047	1.991.351	
Imposto de renda e contribuição social   (192.431) (477.628) (585.121)     Provisão para Imposto de Renda   14 (29.598) (35.156) (21.835)     Provisão para Contribuição Social   14 (7.439) (7.439) (103)     Ativo Fiscal Diferido   14 (155.394) (435.033) (563.183)     Participações no Lucro   (51.506) (53.463) (40.705)     Lucro líquido   642.218   1.267.959   1.381.258     Quantidade de ações   1.662.133.845   1.662.133.845   1.655.760.489	Receitas (despesas) não operacionais		(9.452)	104.004	15.733	
Provisão para Imposto de Renda       14       (29.598)       (35.156)       (21.835)         Provisão para Contribuição Social       14       (7.439)       (7.439)       (103)         Ativo Fiscal Diferido       14       (155.394)       (435.033)       (563.183)         Participações no Lucro       (51.506)       (53.463)       (40.705)         Lucro líquido       642.218       1.267.959       1.381.258         Quantidade de ações       1.662.133.845       1.662.133.845       1.655.760.489	Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		886.155	1.799.051	2.007.084	
Provisão para Contribuição Social       14       (7.439)       (7.439)       (103)         Ativo Fiscal Diferido       14       (155.394)       (435.033)       (563.183)         Participações no Lucro       (51.506)       (53.463)       (40.705)         Lucro líquido       642.218       1.267.959       1.381.258         Quantidade de ações       1.662.133.845       1.662.133.845       1.655.760.489	Imposto de renda e contribuição social		(192.431)	(477.628)	(585.121)	
Ativo Fiscal Diferido       14       (155.394)       (435.033)       (563.183)         Participações no Lucro       (51.506)       (53.463)       (40.705)         Lucro líquido       642.218       1.267.959       1.381.258         Quantidade de ações       1.662.133.845       1.662.133.845       1.655.760.489	Provisão para Imposto de Renda	14	(29.598)	(35.156)	(21.835)	
Participações no Lucro         (51.506)         (53.463)         (40.705)           Lucro líquido         642.218         1.267.959         1.381.258           Quantidade de ações         1.662.133.845         1.662.133.845         1.655.760.489	Provisão para Contribuição Social	14	(7.439)	(7.439)	(103)	
Lucro líquido         642.218         1.267.959         1.381.258           Quantidade de ações         1.662.133.845         1.662.133.845         1.655.760.489	Ativo Fiscal Diferido	14	(155.394)	(435.033)	(563.183)	
Quantidade de ações 1.662.133.845 1.662.133.845 1.655.760.489	Participações no Lucro		(51.506)	(53.463)	(40.705)	
	Lucro líquido		642.218	1.267.959	1.381.258	
Lucro líquido por ação (em R\$)       0,3864       0,7629       0,8342	Quantidade de ações		1.662.133.845	1.662.133.845	1.655.760.489	
	Lucro líquido por ação (em R\$)		0,3864	0,7629	0,8342	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre de 2020	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Resultado líquido do exercício	642.218	1.267.959	1.381.258
Resultados abrangentes que poderão ser reclassificados para resultado em períodos subsequentes			_
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros	682		
disponíveis para venda		1.250	(685)
Imposto de renda diferido	(232)	(425)	233
Resultado abrangente do exercício	642.668	1.268.784	1.380.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		5.200.994	69.021	1.000.211		252	6.270.478
Lucro líquido do exercício					1.381.258	_	1.381.258
Constituição de reserva legal		-	69.063	-	(69.063)	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(452)	(452)
Distribuição de dividendos		-	-	-	(165.048)	-	(165.048)
Constituição de reserva de retenção de lucro		-	-	1.147.147	(1.147.147)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		5.200.994	138.084	2.147.358	-	(200)	7.486.236
Aumento Capital	16	30.000		-		_	30.000
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	1.267.959	-	1.267.959
Constituição de reserva legal	16	-	63.398	-	(63.398)	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	16	-	-	-	-	825	825
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	(376.554)	-	(376.554)
Constituição de reserva de retenção de lucro	16		<u>-</u> _	828.007	(828.007)		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.230.994	201.482	2.975.365		625	8.408.466
Saldos em 30 de junho de 2020		5.200.994	169.370	2.365.259	<u> </u>	175	7.735.798
Aumento Capital		30.000	-	-	_	-	30.000
Lucro líquido do semestre		-	-	-	642.218	-	642.217
Constituição de reserva legal		-	32.112	-	(32.112)	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	450	450
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucro		-	-	610.106	(610.106)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.230.994	201.482	2.975.365	<u> </u>	625	8.408.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2º Semestre	Exerc	
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	Explicativa	2020	2020	2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		886.155	1.799.051	2.007.084
Participação no lucro  Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações - ajustado		(51.506) 834.649	(53.463) 1.745.588	(40.705) 1.966.379
resultado antes da tributação sobre o lucio e participações - ajustado		054.049	1.745.500	1.900.579
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:	40	207 400	204.020	407.040
Depreciação e amortização Equivalência patrimonial	18 8	227.498 (1.055.829)	361.639 (1.855.542)	137.216 (1.640.602)
Títulos incobráveis	5 e 19	143.806	266.263	192.820
Acréscimo (reversão) provisão para contingências	15	34.866	64.029	83.565
Acréscimo (reversão) obrigações fiscais	13	(00.004)	84.294	(400,000)
Juros, receita de aplicações financeiras e variação cambial, líquida Outros ajustes		(28.381)	(164.436) 1.733	(166.869)
•				
Variação de ativos e passivos operacionais		(4.400.044)	(4 500 640)	(0.000.455)
Relações interfinanceiras Outros créditos		(1.469.841) (53.828)	(1.590.613) (255.951)	(2.362.455) (393.939)
Instrumentos financeiros		(282.643)	200.741	(1.429.642)
Outros valores e bens		(14.711)	(350)	(64.217)
Depósitos		(223)	(635.147)	(465.002)
Outras obrigações Resultado de exercício futuro		2.890.017	3.613.363	2.390.286 67.744
Resultado de exercicio luturo		67.612	141.404	07.744
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		1.292.992	1.977.015	(1.684.716)
Imposto de renda e contribuição pagos		-	(544)	(32.449)
Juros recebidos		148.104	262.154	522.542
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		1.441.096	2.238.625	(1.194.623)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Valor pago nas aquisições	8	(367.351)	(367.351)	(18.842)
Aquisições de imobilizado	9	(1.045.312)	(1.̀521.487)́	(368.517)
Aquisições de intangível	10	(297.591)	(511.771)	(356.457)
Aporte de capital em investidas Recebimento de dividendos	8 8	(181.713) 10.065	(406.894) 10.065	(122.200)
Amortização de cotas FIDC	8	750.747	983.708	-
Caixa utilizado nas atividades de investimento		(1.131.155)	(1.813.730)	(866.016)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	16	30.000	30.000	-
Distribuição de dividendos	16	-	(376.554)	(165.048)
Caixa gerado das atividades de financiamento		30.000	(346.554)	(165.048)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	4	339.941	78.341	(2.225.687)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/semestre	4	211.633	473.233	2.698.920
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/semestre		551.573	551.573	473.233
Movimentação liquida do caixa e equivalentes de caixa		339.941	78.341	(2.225.687)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Informações gerais

O Pagseguro Internet S.A. ("Companhia"), uma subsidiária do PagSeguro Digital Ltd. ("PagSeguro Digital"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de setembro de 2006, sediada na cidade de São Paulo - SP, Brasil e, tem por objeto social: atuação como instituidor de arranjo de pagamento; instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, e emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós pago; desempenho de atividades pertinentes ou correlatas às mencionadas nos itens precedentes, incluindo, mas não se limitando, veiculação de publicidade e desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira de transações relacionadas a determinado serviço de pagamento; e participação em outras sociedades, cujo objeto social seja relacionada, necessária ou conveniente a consecução do objeto social da sociedade no Brasil e/ou no exterior.

A Companhia obteve em 17 de outubro de 2018 autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

A Companhia tem como subsidiárias as empresas Net+Phone Telecomunicações Ltda. ("Net+Phone"), Boa Compra Ltda. ("Boa Compra"), BCPS Online Services LDA. ("BCPS"), R2TECH Informática S.A. ("R2TECH"), BIVACO Holding S.A. ("BIVA"), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - PagSeguro ("FIDC"), Tilix Digital S.A. ("TILIX"), YAMÍ Software & Inovação Ltda. ("YAMÍ"), RegistraSeguro S.A. ("RegistraSeguro"), Biva Secutirizadora de Créditos Financeiros S.A (Biva Sec), CDS Correspondente Bancário LTDA. ("CDS"), Zygo Serviços de Tecnologia S.A. ("ZYGO") e Wirecard Brazil S.A ("MOIP").

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações financeiras são compostas pelas seguintes controladas, vide nota 8:

Empresa	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado líquido do exercício	Participação %
Net+Phone	340.829	33.100	307.729	(82.694)	99,99
Boa Compra	431.624	268.731	162.893	29.751	99,99
BCPS	2.410	476	1.934	(205)	99,99
R2TECH	12.511	1.639	10.872	8.864	99,99
BIVA	6.982	(28.764)	15.154	(3.143)	99,99
FIDC	3.422.207	327.07Ó	3.095.137	1.903.304	100,00
TILIX	8.361	979	7.382	(6.240)	99,99
YAMÍ	1.453	489	964	<b>`</b> 834	99,99
RegistraSeguro	5.000	0	5.000	(50)	99,99
BivaSec	488.988	488.616	372	<b>75</b> 8	99,99
MOIP	741.689	560.537	181.153	9.207	100,00
Zygo	2.310	2.078	232	(1.652)	99,99
CDS	4.724	1.073	2.641	(2.450)	99,99

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais--Continuação

#### Contexto operacional das controladas

- Net+Phone: Até setembro de 2019 tinha por objetivo principal a aquisição e comercialização de aparelhos POS e similares, após a data supracitada a Net+Phone tem por objetivo a exploração e prestação de serviços de telecomunicações em geral, bem como a prática de quaisquer atividades necessárias ou úteis à execução destes Serviços;
- Boa Compra: tem por objetivo principal a intermediação no comércio de produtos e serviços, principalmente como facilitador internacional de pagamentos ligado principalmente ao negócio de games.
- BCPS: tem como objetivo principal servir como hub da Boa Compra em Portugal, além de administrar parte das contas da Boa Compra em Portugal e outros países da Europa.;
- R2TECH: o principal objetivo está na indústria da tecnologia da informação, focada em
  processamento de soluções em back-office, incluindo reconciliação de vendas, soluções e
  serviços de gateway, a captura de cartões de crédito junto as administradoras de cartão e aos
  vendedores.
- BIVA: tem como objetivo principal a participação em outras empresas, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista, bem como o gerenciamento dessas participações. A BIVA tem investimento nas seguintes subsidiarias:
  - Biva Serviços Financeiros S.A ("Biva Serv"): cujo objetivo principal é a intermediação entre investidores, instituições financeiras e tomadores de crédito por meio de plataforma eletrônica:
  - Biva Correspondente Bancário Ltda ("Biva cor"): cujo principal objetivo é estruturar o financiamento peer to peer para pequenas e médias empresas seguindo o modelo de crowdfunding.
- Biva Sec: O principal objetivo da empresa é adquirir e securitizar nossas soluções de crédito do PagSeguro, como operações de crédito e cartão de crédito;

FIDC: constituído em 4 de outubro de 2017, tem como objetivo a aquisição de direitos de crédito detido pelos estabelecimentos comerciais credenciados pela Companhia ("cedentes"). O FIDC representa um fundo de investimento constituído para financiar o crescimento da característica de pagamento antecipado da Companhia. Em 29 de março de 2018, terceiros investidores aportaram capital no valor de R\$20 milhões no FIDC, adquirindo apenas cotas seniores e mezanino do FIDC. Em 03 de novembro de 2020, terceiros retiraram seu capital no valor de R\$10 milhões referente às quotas seniores. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, o FIDC é composto por cotas mezanino de terceiros no valor de R\$10 milhões, que pagam 107% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) brasileiro com amortização anual de juros. Em 31 de dezembro de 2020 o capital do FIDC é composto por cotas subordinadas e mezanino. A Companhia detém 100% das cotas subordinadas, enquanto as partes terceiras possuem 100% das cotas mezanino.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais--Continuação

- TILIX: tem como objetivo principal o desenvolvimento de softwares voltados para a soluções em administração de boletos, para pessoas físicas e jurídicas.
- YAMÍ: tem como objetivo principal o fornecimento de uma plataforma de back-office para o comércio eletrônico e o mercado digital, principalmente focado em softwares para realização da divisão de pagamentos entre os integrantes do comercio eletrônico e os bancos.
- RegistraSeguro: constituída em 2 de outubro de 2019, com capital social de 5 milhões de reais. A
  Companhia tem como objetivo principal fornecer serviços financeiros e o desenvolvimento de
  softwares relacionados ao mercado financeiro.
- ZYGO: Em 23 de julho de 2020, a Companhia adquiriu 100% das ações emitidas da Zygo. A contraprestação total é de R\$8.000, dos quais R\$5.053 foram liquidados em dinheiro na mesma data e o restante do valor de compra ficará retido para eventual dívida. ZYGO é uma plataforma multifacetada de engajamento e fidelidade do cliente que permite aos comerciantes de micro, pequeno e médio porte adquirir, engajar e aumentar sua base de clientes, oferecendo marketing personalizado e programas de fidelidade e fornecendo percepções e análises do consumidor.
- CDS: Em 31 de agosto de 2020, a Companhia adquiriu 100% das ações emitidas da CDS. A
  contraprestação total foi de R\$ 2.379, a qual foi liquidada em dinheiro na mesma data. A CDS tem
  por objetivo servir como correspondente bancário para os produtos de crédito, principalmente no
  que se refere ao crédito consignado do Grupo.
- MOIP: Em 31 de outubro de 2020 o Pagseguro adquiriu 100% das ações emitidas da MOIP. A contraprestação total foi de R\$358.609, sendo que R\$307.855 foi liquidado em dinheiro na mesma data, sendo o restante do preço de compra a ser pago posteriormente. A empresa fornece plataforma de pagamento online e processamento de pagamentos ponta a ponta para o comercio eletrônico. Além disso a MOIP possui licença concedida pelo BACEN para atuar como instituição de pagamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

#### 2.1. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN (Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo BACEN. Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessa demonstração financeira estão sumarizados abaixo:

- CPC 00 (R1) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 (R1) Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 10 (R1) Pagamento Baseado em Ações
- CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 Evento Subsequente
- CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados
- CPC 41 Resultado por ação
- CPC 46 Mensuração do Valor Justo

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no exercício demonstrado. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

De acordo com a circular nº 3.959 emitida pelo BACEN, os créditos tributários e os impostos diferidos devem ser classificados no realizável a longo prazo e no passivo não circulante. Adicionalmente, os saldos de resultado de exercícios futuros estão sendo reclassificados entre curto e longo prazo para melhor apresentar sua expectativa de realização. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, efetuamos as seguintes reclassificações:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

	Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Originalmente apresentado)	Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)
Balanço Patrimonial			_
Diversos circulante	555.934	(166.352)	389.582
Diversos realizável a longo prazo	342.080	166.352	508.432
Fiscais e previdenciárias curto prazo	197.796	(47.118)	150.678
Fiscais e previdenciárias longo prazo	807.448	47.118	854.566
Resultado de exercícios futuros curto prazo	-	42.184	42.184
Resultado de exercícios futuros longo prazo	68.209	(42.184)	26.025

Ainda de acordo com a Circular nº 3.959 emitida pelo BACEN as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 passam a ser apresentadas de forma comparativa com o balanço de 31 de dezembro do ano anterior, passa a ser requerida a divulgação de análise de sensibilidade, a divulgação da demonstração do resultado abrangente e a posição patrimonial e financeira a ser apresentada em ordem decrescente de liquidez e exigibilidade.

As presentes demonstrações financeiras foram apreciadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 31 de março de 2021.

#### 2.2. Conversão de moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação é o Real.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### 2.3. Disponibilidades e caixa e equivalentes de caixa

São mantidos em disponibilidades os caixas e os equivalentes de caixa mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo, não para investimento ou qualquer outro fim. A Companhia classifica como equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser imediatamente convertida em caixa e está sujeito a um risco imaterial de mudança em seu valor. A Companhia classifica aplicações financeiras com vencimentos originais de três meses ou menos como equivalentes de caixa.

Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são considerados caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 3.604/08, dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação: títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento: títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.
- iii. Títulos disponíveis para venda: títulos que não se enquadrem para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líguido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía títulos classificados na categoria descrita na categoria (iii) – Títulos disponíveis para venda, ajustados pelo valor de mercado em conta destacada no patrimônio líquido, livre dos efeitos tributários. Não houve reclassificações entre categorias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base na comparação dos preços de mercado praticados para os mesmos instrumentos financeiros adquiridos pela Companhia. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

#### 2.5. Relações interfinanceiras

Os valores são principalmente relacionados a recebíveis de emissores de cartões de crédito/débito e adquirentes originados de transações por meio da plataforma da Companhia. Se o recebível é esperado em um ano ou menos, eles são classificados como ativo circulante. Caso contrário, eles são classificados como ativo realizável a longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Com base na avaliação de risco a Companhia estabelece uma redução ao valor recuperável de contas a receber. A provisão considera que o saldo de relações interfinanceiras é composto principalmente de transações aprovadas por grandes instituições financeiras, com um nível baixo de risco, e boas avaliações das principais agências de *rating*. A Companhia realizou essa avaliação de risco, conforme nota 22. Além disso, essas instituições financeiras são os devedores legais dos acordos de recebíveis.

Os recebíveis são registrados a valor presente. Os saldos de relações interfinanceiras referentes as transações parceladas são registradas em uma estimativa com base no cálculo do valor presente dessas transações (ajuste ao valor presente), usando termos e taxas médias, que estão sujeitos a variação de acordo com o prazo dessas transações e as taxas aplicadas.

A Companhia incorre em despesas financeiras quando solicita receber o pagamento antecipado das relações interfinanceiras de instituições financeiras. A despesa financeira é reconhecida quando a instituição financeira concorda em liquidar um recebível devido em parcelas pré-pagas e é registrado como despesas operacionais na demonstração do resultado.

#### 2.6. Investimentos

A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, demonstrada na nota 8.

#### 2.7. Imobilizado em uso

Os itens do imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Equipamento de processamento de dados
Móveis e utensílios
Instalações
Benfeitoria em imóveis de terceiros
Máquinas e equipamentos
Veículos

2,5 a 5 anos
10 anos
10 anos
5 a 10 anos
5 anos

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

#### 2.8. Intangível

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares. Os custos também incluem, se aplicável, os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada não superior a cinco anos.

#### 2.9. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.10. Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios. O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado pelo prazo de cinco anos, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável. O ágio decorrente de investimentos em controladas é classificado na rubrica de investimento nas demonstrações financeiras, vide Nota 8.

#### 2.11. Obrigações com terceiros e Depósitos

As obrigações com terceiros referem-se a saldos devidos a clientes que utilizam a plataforma do PagSeguro. A Companhia reconhece o valor justo da transação, ou seja, o montante líquido do custo de transação. O valor de obrigações com terceiros registrado como depósitos se refere ao valor disponível para retirada do cliente, enquanto o montante registrado como outras obrigações correspondem aos montantes a serem ainda repassados aos estabelecimentos comerciais referentes às transações feitas pelos portadores de cartões.

#### 2.12. Provisões

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, histórico das ações, opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis à Companhia, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

#### 2.13. Reconhecimento da receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

As receitas de prestação de serviços são representadas substancialmente por:

- Receita com taxa de intermediação: receitas de taxas cobradas pela intermediação de pagamentos eletrônicos. São reconhecidas em termos brutos e os custos de transação relacionados são reconhecidos como despesas operacionais;
- Receita com pré-pagamento: taxa de desconto cobrada sobre os pagamentos antecipados de obrigações com terceiros (merchants). A receita é reconhecida quando é efetuado o pagamento para os merchants de forma antecipada referente aos recebíveis de origem de vendas parceladas, sendo registrada na rubrica de receita de prestação de serviços na demonstração do resultado; e
- Receita de adesão: taxa não reembolsável para adesão de clientes ao ecossistema de serviços providos pelo PagSeguro, a qual passou a ser cobrada em 1 de setembro de 2019.
   A receita de adesão é diferida ao longo do tempo baseado nas métricas internas dos clientes do portfólio do PagSeguro. O saldo registrado no balanço patrimonial na rubrica de resultados de exercícios futuros é composto basicamente por esta receita diferida.

#### 2.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social, que prevê que, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos diretores em Reunião de Diretoria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.15. Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP)

Membros da Administração participam do Plano de Incentivo de Longo Prazo, PILP, que foi estabelecido pelo Universo Online S.A. ("UOL"), controladora do PagSeguro Digital, para as empresas de seu Grupo. O programa foi estabelecido em 29 de julho de 2015 e foi adotado pela Companhia. Os beneficiários para o PILP são selecionados pelo comitê de PILP do UOL.

Adicionalmente em 18 de dezembro de 2018 foi estabelecido novo plano denominado PILP-Metas, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, e alterado pela última vez pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de janeiro de 2021. Beneficiários do plano PILP-Metas recebem prêmios, que podem ser pagos em dinheiro, ações ordinárias Classe A ou uma combinação das duas, a critério do Comitê de Metas do PILP com base nas metas estabelecidas no plano de participação nos resultados corporativos da Companhia para um determinado ano. Se qualquer parte de um prêmio for pagável em dinheiro, o valor relevante em reais será determinado no último dia útil de janeiro para prêmios relacionados a 2019 e 2020. Para prêmios relacionados a 2021 em diante, o Comitê de Metas do PILP definirá uma data de apuração que não ultrapasse o último dia útil do mês de março seguinte ao ano para o qual o valor foi concedido. De acordo com o plano PILP-Metas, o pagamento relevante deve ser feito e/ou as ações ordinárias Classe A entregues no prazo de 10 dias úteis a partir dessa data de determinação.

Nas demonstrações financeiras da Companhia são registrados saldos de partes relacionadas a pagar, junto ao PagSeguro Digital, e despesas com pessoal relacionadas ao PILP.

#### 2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

#### Imposto de renda e contribuição social correntes

Os ativos e passivos fiscais para o ano corrente são calculados com base no valor recuperável esperado ou no valor a pagar às autoridades fiscais. As taxas de impostos e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são as promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde a Companhia opera e gera renda tributável.

O imposto de renda e a contribuição social corrente relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Companhia avalia periodicamente as posições tributárias envolvendo interpretação da regulamentação tributária e estabelece disposições quando apropriado.

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 9%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### Impostos diferidos

Os impostos diferidos resultam de diferenças temporárias entre as bases tributárias dos ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto nas seguintes situações:

- Quando o passivo de impostos diferidos decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou
  passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da
  transação, não afeta o lucro contábil nem o lucro tributável;
- Sobre diferenças de impostos temporárias relacionadas a investimentos em subsidiárias, quando o momento da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não se reverterão no futuro previsível;
- Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais negativos, na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual possam ser compensados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado à diferença temporária dedutível decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta a contabilização ou a perda de lucro tributável; e
- Os ativos tributários diferidos são reconhecidos nas diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas apenas na medida em que seja provável que as diferenças temporárias se reverterão no futuro previsível e que o lucro tributável estará disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil de ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que é provável que um lucro tributável suficiente esteja disponível para permitir que todo ou parte dos ativos fiscais diferidos sejam utilizados.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são revisados, em cada data de balanço, e reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir sua utilização.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados usando as taxas de imposto vigentes no ano em que os ativos serão realizados e os passivos serão liquidados. As taxas de imposto atualmente definidas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social são usadas para calcular impostos diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.17. Benefícios a empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais da Companhia.

#### 2.18. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, ações ordinárias estão classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado líquido de impostos.

#### 2.19 Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Com base na definição acima, a Instituição teve determinadas operações não recorrentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, conforme divulgado na nota explicativa 25.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

#### a) Vida útil estimada dos intangíveis

A Companhia utiliza uma vida útil estimada para calcular e registrar a amortização aplicada em seus ativos intangíveis, que é aplicada enquanto os ativos intangíveis gerarem benefícios para a Companhia.

A amortização dos direitos de uso de software é definida com base no período de vigência da licença contratada. A amortização dos softwares desenvolvidos internamente é definida com base no período em que gerarão benefícios econômicos futuros.

#### b) <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>

A Companhia registra impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e créditos tributários existentes no período, em virtude de: (i) apresentar histórico de lucros em pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve-se incluir o período em curso; (ii) expectativa de geração de lucros em períodos subsequentes que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos; (iii) realização superior a 50% dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais, nos dois períodos subsequente.

#### c) Contingências

O PagSeguro reconhece provisões para processos cíveis, tributários e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis e as decisões mais recentes dos tribunais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Caixa	6	4
Depósitos bancários	314.643	347.965
Banco Central - outras reservas livres	3.998	46.216
Depósito no exterior em moedas estrangeiras	104.895	37.951
Aplicações no mercado aberto (a)	128.008	41.033
Fundo de investimentos (nota 5)	23	64
	551.573	473.233

<sup>(</sup>a) Os saldos referem-se a aplicações em operações compromissadas com vencimentos inferiores a 3 meses.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo e incluem caixa em dinheiro e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior. O valor de remuneração para o exercício findo em dezembro de 2020 é de R\$59.501 (R\$91.621 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

#### 5. Instrumentos financeiros

	31 de dezembro de 2020					
					Ajuste a	
	De 3 a 12	Acima de	Valor de	Provisão	valor de	Valor de
	meses	12 meses	custo	para perda	mercado	mercado
Títulos para negociação		.2		para poraa		
Fundos de investimento em renda fixa exclusivos - (a)	201.015		201.015			201.015
· , ,		490.120	490.120	(155.057)	-	335.063
Debêntures - (b)	-	450.120	490.120	(155.057)	-	335.063
Títulos disponívois para vanda						
Títulos disponíveis para venda	754.389	28	754.417		(4.4.4)	754 979
Letras financeira do tesouro – (c)				(455.057)	(144)	754.273
	955.404	490.148	1.445.552	(155.057)	(144)	1.290.351
		3	31 de dezemb	ro de 2019		
					Ajuste a	
	De 3 a 12	Acima de	Valor de	Provisão	valor de	Valor de
	meses	12 meses	custo	para perda	mercado	mercado
Títulos para negociação						
Debêntures - (b)	_	317.598	317.598	(38.674)	_	278.924
Dobolitatios (b)		017.000	017.000	(00.014)		210.024
Títulos disponíveis para venda						
Letras financeira do tesouro – (c)	_	1.249.788	1.249.788	_	(27)	1.249.761
Lott do Iniditionid do tobodio (0)		1.567.386	1.567.386	(38.674)	(27)	1.528.685
		1.307.300	1.507.500	(30.074)	(21)	1.020.003

<sup>(</sup>a) O saldo se refere a certificado de deposito bancário (CDB) adquirido junto ao BancoSeguro, controlada da BS Holding que por sua vez é controlada do PagSeguro Digital, a taxa de remuneração é de 100% do CDI (100% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019)

<sup>(</sup>b) Os saldos referem-se a debêntures da Biva Securitizadora de Créditos S.A., controlada direta da Companhia. O valor de remuneração para o exercício findo em dezembro de 2020 é de R\$57.662 (R\$71 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

<sup>(</sup>c) Os saldos referem-se a Letras do Tesouro Nacional ("LFTs"), com uma taxa média de retorno de 100% sobre a SELIC. Esse investimento é requerido para instituições de pagamento autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. O valor de remuneração para o exercício findo em dezembro de 2020 é de R\$26.573 (R\$78.376 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Relações interfinanceiras

		31 de (	dezembro de	2020			31 d	e dezembro	de 2019	
	Visa	Master	Hipercard	Elo	Total	Visa	Master	Hipercard	Elo	Total
Itaú	774.445	2.100.129	290.582	-	3.165.156	727.224	2.217.111	588.704	-	3.533.039
Bradesco	1.048.625	154.981	-	215.379	1.418.985	974.289	160.766	-	239.430	1.374.485
Banco do Brasil	988.772	145.110	-	137.541	1.271.423	765.341	125.344	-	146.993	1.037.679
Santander	448.592	1.066.740	-	_	1.515.332	283.348	968.251	-	_	1.251.599
Nubank	_	860.455	_	_	860.455	_	574.305	_	_	574.305
CEF	158.879	136.027	_	159.483	454.389	145.400	141.709	_	116.066	403.174
Banco Carrefour	59.909	286.197	-	-	346.107	56.807	236.487	_	-	293.293
Porto Seguro	235.817	45.802	_	_	281.619	164.465	36.678	_	_	201.142
Outros	535.214	812.115	-	68.282	1.415.610	322.732	537.581	-	53.781	914.094
Total emissores (i)	4.250.253	5.607.557	290.582	580.685	10.729.076	3.439.605	4.998.230	588.704	556.270	9.582.810
Elo	_	_	_	_	142.513	_	_	_	_	144.189
Cielo		_	_	_	37.841	_	_	_	_	573
Vero	_	_	_	_	4.892	_	_	_	_	6.662
Outros	_	_	_	_	5.127	_	_	_	_	6.637
OddioS	_	_	_	_	3.127	_	_	_	_	0.007
Total adquirentes (ii)		-	-	-	190.373		-	-	-	158.061
	4.050.050	E 007 EE7	000 500	500.005	40.040.440	0.500.500	E 000 0E4	500.050	F04 400	0.740.074
	4.250.253	5.607.557	290.582	580.685	10.919.449	3.532.520	5.200.951	593.858	591.189	9.740.871

<sup>(</sup>i) Emissores: contas a receber derivados de transações que a Companhia atua como intermediador financeiro de operações com bancos emissores. Decorrente de acordos de intermediação entre a Companhia e as bandeiras Visa, Mastercard, Hipercard ou Elo. No entanto, os recebíveis contratuais da Companhia são com as instituições financeiras, as quais são os devedores legais das contas a receber. Além disso, os valores devidos no prazo de 27 dias a partir da transação original, incluindo os que são devidos com a primeira parcela de prestação de contas a receber, são garantidos pela Visa, Mastercard, Hipercard ou Elo, conforme aplicável, no caso de os devedores legais não efetuarem o pagamento.

<sup>(</sup>ii) Adquirentes: correspondente a transações de cartões que serão recebidas de adquirentes, as quais se tratam de terceiros atuando como intermediador financeiro entre a Companhia e o banco emissor. O saldo de contas a receber inclui recebíveis transacionados nos leitores de cartão de crédito e débito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Relações interfinanceiras--Continuação

As contas a receber por prazo de vencimento são representados como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
A vencer em até 30 dias	5.266.491	4.165.224
A vencer em até 31 a 120 dias	3.195.427	3.924.348
A vencer em até 121 a 180 dias	1.096.054	869.207
A vencer em até 181 a 360 dias	1.361.477	782.092
	10.919.449	9.740.871

#### 7. Outros créditos - diversos

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Recebíveis diversos (i)	245.354	88.190
Partes relacionadas (ii)	75.525	298.053
Adiantamentos	30.345	3.339
Total circulante	351.224	389.582
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Depósitos Judiciais (iii)	325.344	268.312
IR e CS diferido (iv)	188.798	167.255
IR e CS a recuperar	188.153	62.924
PIS/COFINS a recuperar	96.286	9.941
Total não circulante	798.581	508.432

<sup>(</sup>i) Saldo composto principalmente pelos recebíveis da operação de cartões de crédito.

<sup>(</sup>iii) A Companhia obteve decisões judiciais para recolher em juízo, via depósito judicial, tributos devidos referente a ISS, PIS e COFINS. Os depósitos judiciais são compostos, conforme abaixo:

31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
150.351	134.180
150.120	108.026
24.432	21.804
441	4.302
325.344	268.312
	150.351 150.120 24.432 441

<sup>(</sup>iv) Imposto de renda diferido ativo, conforme detalhado na nota 14.

<sup>(</sup>ii) Recebíveis com partes relacionadas, conforme detalhado na nota 12.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 8. Investimentos

Informações das investidas em 31 de dezembro de 2020

	Capital	Patrimônio	Lucro/(Prejuízo)	Participação no	Equivalência	Investimentos
Controladas diretas	social	líquido	exercício	capital social (%)	patrimonial	em controladas
Net+Phone (i)	436.665	307.729	(82.694)	99,99	(82.694)	307.729
Boa Compra (ii)	105.381	162.893	29.751	99,99	29.751	162.893
BCPS	18	1.934	(205)	99,95	(204)	1.933
R2TECH (iii)	10	10.872	8.864	99,99	8.864	10.872
BIVA	26.127	15.154	(3.143)	99,99	(3.143)	15.154
FIDC (iv)	200.000	3.095.137	1.903.304	100,00	1.902.662	3.084.962
TILIX (v)	19.335	7.382	(6.240)	99,99	(6.240)	7.382
YAMÍ (vi)	155	964	834	99,99	834	964
RegistraSeguro	5.051	5.000	(50)	99,99	(50)	5.000
BivaSec	1	372	758	99,99	758	372
MOIP (vii)	205.060	181.153	9.207	100,00	9.207	181.153
Zygo (viii)	3.706	232	(1.652)	99,99	(1.652)	232
CDS (ix)	8.203	2.641	(2.450)	99,99	(2.450)	2.641
Não controladas						
NETPOS	-	-	-	10,00	(100)	1.400
Total					1.855.542	3.782.688
				Ágio gerado aquis	ição controladas	242.060
				· A	mortização ágio	(26.526)
						3.998.222

- (i) Em 23 de março de 2020 foi aprovado pela Administração o aumento do capital social da Net+Phone por meio da emissão de 200.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado ao preço de emissão de R\$1 cada uma, resultando em um aumento de capital de R\$200.000. Adicionalmente, em 29 de junho de 2020 foi aprovado novo aumento de capital, por meio da emissão de 12.462.484 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado ao preço de emissão de R\$1 cada uma, resultado em um aumento de capital de R\$12.462. Além disso, em 19 de agosto de 2020 foi aprovado novo aumento de capital, por meio da emissão de 80.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado ao preço de emissão de R\$1 cada uma, resultado em um aumento de capital de R\$80.000.
- (ii) Em 15 de outubro de 2020 foi aprovado pela Administração o aumento de capital social da BoaCompra mediante emissão de 100.000.000 de novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, resultando em um aumento de capital de R\$100.000. Adicionalmente em 30 de julho de 2020 foi aprovado pela Administração a distribuição de dividendos da Boa Compra para o PagSeguro no valor de R\$66
- (iii) Em 30 de julho de 2020 foi aprovado pela Administração a distribuição de dividendos da R2tech para o PagSeguro no valor de R\$9.999.
- (iii) A Companhia apresenta o FIDC em suas demonstrações financeiras como controlada. A apresentação é justificada pelo fato de que os riscos de inadimplência e a reponsabilidade por despesas relacionadas ao FIDC estarem vinculadas a cotas subordinadas detidas pela Companhia. Adicionalmente, em 26 de junho de 2020 ocorreu a amortização de cotas do FIDC no montante de R\$232.962 e adicionalmente em dezembro de 2020 realizou nova amortização de cotas no valor de R\$750.746.
- (iv) Em 05 de abril de 2020 foi aprovado pela Administração o aumento do capital social da Tilix, por meio da emissão de 12.719.879 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas ao preço de emissão de R\$1 cada uma, resultando em um aumento de capital de R\$12.720. Em 26 de agosto de 2020 resolvem aprovar mais R\$1.600.000,00 novas quotas ao valor nominal de R\$1,00 cada, resultando em um aumento de capital de R\$1.600.
- (v) Em 22 de abril de 2020 foi aprovado pela Administração o aumento do capital social da Yami, por meio da emissão de 112.270 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1 cada uma, totalmente integralizadas ao preço de emissão, resultando em um aumento de capital de R\$112.
- (vi) Em 31 de outubro de 2020, o PagSeguro adquiriu 100% do capital social e passou a deter o controle da MOIP. O preço de compra foi de R\$358.609 e o total do acervo líquido adquirido a valor justo foi de R\$171.946. A contraprestação inicial paga em dinheiro foi de R\$307.855 em 2020, posteriormente em 8 de março de 2021 foram pagos adicionalmente mais R\$32.754 e o restante será mantido para eventuais débitos. A diferença entre o valor pago e o valor do acervo líquido é reconhecido integralmente como ágio na aquisicão.
- (vii) Em 23 de julho de 2020, o PagSeguro adquiriu 100% do capital social e passou a controlar a Zygo. A contraprestação total foi de R\$8.000 e os ativos líquidos totais adquiridos a valor justo totalizaram R\$1.883, resultando no reconhecimento de ágio de R\$6.117. A contraprestação paga à vista foi de R\$5.053 e o restante do preco de compra ficará retido para eventual dívida.
- (viii) Em 31 de agosto de 2020, o PagSeguro adquiriu 100% do capital social e passou a deter o controle da CDS. A contraprestação total paga em dinheiro foi de R\$2.379 e o total de ativos líquidos adquiridos pelo valor justo foi de R\$2.379, não resultando em ágio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. Investimentos -- Continuação

#### Informações das investidas em 31 de dezembro de 2019

Controladas diretas	Capital social	Patrimônio Iíquido	Lucro/ (Prejuízo) exercício	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial	Investimentos em controladas
Net+Phone (i) Boa Compra BCPS R2Tech Biva Holding (ii) FIDC TILIX (iii) Yamí (iv) RegistraSeguro (v)	144.202 5.381 18 10 26.127 198.250 5.015 13 5.000	97.961 33.208 1.163 12.008 17.916 2.186.233 (698) 18 5.000	(30.987) 6.659 (486) 8.139 5.379 1.655.508 (2.200) 37	99,99 99,99 99,50 100,00 100,00 100,00 100,00 100,00	(30.987) 6.659 (484) 7.706 5.112 1.654.759 (2.200) 37	97.961 33.208 1.163 12.008 17.916 2.166.008 (698) (274) 5.000
Não controlada NETPOS (vi)	-	5.000	Ágio gerado aquisição Amortização de ágio a	10,00 o controladas	1.640.602	1.500 2.333.792 68.760 (20.678) 2.381.874

<sup>(</sup>i) Em 31 de maio de 2019 foi aprovado pela Administração o aumento do capital social da Net+Phone por meio da emissão de 100.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado ao preço de emissão de R\$1 cada uma, resultando em um aumento de capital de R\$100.000.

<sup>(</sup>ii) Em 31 de maio de 2019 foi aprovado pela Administração o aumento do capital social da BIVA sem emissão de novas ações mantendo 2.601.688 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado alterando o preço de emissão ação para R\$3,84 cada uma, resultando em um aumento de capital de R\$16.000.

<sup>(</sup>iii) Em 13 de março de 2019 foi aprovado pela Administração o aumento do capital social da Tilix por meio da emissão de 1.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado ao preço de emissão de R\$1 cada uma, resultando em um aumento de capital de R\$1.200.

<sup>(</sup>iv) Em 9 de agosto de 2019, o PagSeguro adquiriu 100% das ações do capital da YAMÍ. A Companhia é responsável por prestar serviços de back-office para o E-Commerce, principalmente relacionado a plataforma de pagamentos e devolução de produtos.

<sup>(</sup>v) Em 02 de outubro de 2019 foi aprovado pela Administração a constituição do capital social da RegistraSeguros S.A. por meio da emissão de 5.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado ao preço de emissão de R\$1 cada uma, resultando em capital de R\$5.000.

<sup>(</sup>vi) Em 15 de março de 2019, o PagSeguro adquiriu 10% das ações do capital da NETPOS Serviços de Informática S.A. ("NETPOS"). O montante total pago foi de R\$1.500, o qual resultou em saída de caixa na mesma data supracitada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Imobilizado

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019			
	Depreciação			Depreciação			
	<u>Custo</u>	<u>acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>acumulada</u>	<u>Líquido</u>	
Equipamentos de processamento de dados	72.792	(33.218)	39.574	63.587	(17.952)	45.635	
Máquinas e equipamentos (a)	1.879.694	(203.255)	1.676.439	370.674	(27.917)	342.757	
Móveis e utensílios	2.819	(479)	2.340	1.905	(238)	1.667	
Benfeitorias imóveis de terceiros	9.070	(1.612)	7.458	6.845	(804)	6.041	
Outros	1.265	(584)	681	1.142	(357)	785	
Total	1.965.640	(239.148)	1.726.492	444.153	(47.268)	396.885	

#### Movimentação do imobilizado:

	Equipamentos processamento de dados	Máquinas e equipamentos (a)	Móveis e utensílios	Benfeitorias imóveis de terceiros	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2018						
Custo	22.367	43.968	1.711	6.389	1.200	75.635
Depreciação acumulada	(7.510)	(2.659)	(65)	(145)	(140)	(10.520)
Saldo contábil, líquido	14.856	41.308	1.646	6.244	1.060	65.115
Em 31 de Dezembro de 2019						
Saldo inicial	14.856	41.308	.1.646	6.244	1.060	65.115
Custo	41.219	326.706	194	456	(59)	368.517
Adições	45.404	327.488	213	456	`14	373.576
Baixas	(4.186)	(782)	(18)	-	(73)	(5.059)
Depreciação	(10.440)	(25.258)	(173)	(659)	(217)	(36.747)
Adições	(10.443)	(25.258)	(173)	(659)	(236)	(36.770)
Baixas	3	-	-	-	19	23
Saldo contábil, líquido	45.635	342.757	1.667	6.041	785	396.885
Em 31 de Dezembro de 2019						
Custo	63.587	370.674	1.905	6.845	1.142	444.153
Depreciação acumulada	(17.952)	(27.917)	(238)	(804)	(357)	(47.268)
Saldo contábil, líquido	45.635	342.757	1.667	6.041	785	396.885
Em 31 de Dezembro de 2020						
Saldo inicial	45.635	342.757	1.667	6.041	785	396.885
Custo	9.205	1.509.020	914	2.225	123	1.521.487
Adições	10.638	1.518.849	926	2.225	123	1.532.761
Baixas	(1.433)	(9.829)	(12)	-	-	(11.274)
Depreciação	(15.267)	(175.338)	(241)	(808)	(227)	(191.881)
Adições	(15.287)	(175.602)	(241)	(808)	(227)	(192.165)
Baixas	20	264	-	-	-	284
Saldo contábil, líquido	39.573	1.676.439	2.340	7.458	681	1.726.492
Em 31 de Dezembro de 2020						
Custo	72.792	1.879.694	2.819	9.070	1.266	1.965.640
Depreciação acumulada	(33.218)	(203.255)	(479)	(1.612)	(583)	(239.148)
Saldo contábil, líquido	39.574	1.676.439	2.340	7.458	681	1.726.492

O valor contábil de custo de máquinas e equipamentos inclui o montante de R\$1.835.927 referente as máquinas POS (R\$367.876 em 31 de dezembro 2019), as quais apresentam vida útil de 5 anos. A depreciação referente as máquinas POS em 2020 representa R\$172.519 (R\$25.237 em 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Intangível

31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
1.255.577	(469.183)	786.394	783.631	(311.881)	471.750
	, ,			,	
92.998	(25.684)	67.314	53.173	(11.348)	41.825
25	-	25	25	· -	25
1.348.600	(494.867)	853.733	836.829	(323.229)	513.600
	Custo 1.255.577 92.998 25	Custo         Amortização acumulada           1.255.577         (469.183)           92.998         (25.684)           25         -	Custo         Amortização acumulada         Líquido           1.255.577         (469.183)         786.394           92.998         (25.684)         67.314           25         -         25	Custo         Amortização acumulada         Líquido         Custo           1.255.577         (469.183)         786.394         783.631           92.998         (25.684)         67.314         53.173           25         -         25         25	Custo         Amortização acumulada         Líquido         Custo         Amortização acumulada           1.255.577         (469.183)         786.394         783.631         (311.881)           92.998         (25.684)         67.314         53.173         (11.348)           25         -         25         25         -

#### Movimentação do intangível:

	Gastos com software e tecnologia	Direito de uso de software	Marcas e patentes	Total
Em 31 de Dezembro de 2018				_
Custo	468.218	12.129	25	480.373
Amortização acumulada	(223.705)	(2.266)	-	(225.971)
Saldo contábil, líquido	244.513	9.863	25	254.401
Em 31 de Dezembro de 2019				
Saldo inicial	244.513	9.863	25	254.401
Custo	315.413	41.044	-	356.457
Adições	318.137	42.540	-	360.677
Baixas	(2.724)	(1.497)	-	(4.221)
Amortização	(88.176)	(9.082)	-	(97.259)
Adições	(88.176)	(9.088)	-	(97.264)
Baixas	<u> </u>	6	-	6
Saldo contábil, líquido	471.750	41.825	-	513.600
Em 31 de Dezembro de 2019				
Custo	783.631	53.173	25	836.829
Amortização acumulada	(311.881)	(11.348)	-	(323.229)
Saldo contábil, líquido	471.750	41.825	25	513.600
Em 31 de Dezembro de 2020				
Saldo inicial	471.750	41.825	25	513.600
Custo	471.946	39.825	-	511.771
Adições (a)	474.864	39.825	-	514.689
Baixas	(2.919)	-	-	(2.919)
Amortização	(157.302)	(14.336)	-	(171.638)
Adições	(159.447)	(14.336)	-	(173.783)
Baixas	2.145	-	-	2.145
Saldo contábil, líquido	786.394	67.314	25	853.733
Em 31 de Dezembro de 2020				
Custo	1.255.577	92.998	25	1.348.600
Amortização acumulada	(469.183)	(25.684)	-	(494.867)
Saldo contábil, líquido	786.394	67.314	25	853.733

<sup>(</sup>a) As adições se referem a gastos pulverizados com desenvolvimento de software, principalmente relacionados a melhora da experiência do cliente, tais como: Conta digital, pagamento digital, aplicativo de celular, entre outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Depósitos e outras obrigações - diversas

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Outros depósitos Obrigações com terceiros (a) Total	567.123 567.123	1.202.270 1.202.270
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valores a repassar a estabelecimentos Obrigações com terceiros (b)	8.567.216	5.279.214
Diversas curto prazo Partes relacionadas (c) Fornecedores Salários e encargos Outras contas a pagar Total	515.776 412.352 128.729 65.578 1.122.435	418.434 195.765 82.386 
Diversas longo prazo Contingências (d) Outras contas a pagar Total	31 de dezembro de 2020 334.988 - 334.988	281.533 17.263 298.796

<sup>(</sup>a) Os depósitos são compostos substancialmente por saldos que já foram repassados aos estabelecimentos comerciais referentes as transações web, transações feitas pelos portadores de cartões e o valor disponível nos cartões pré-pagos, de forma que o saldo está disponível para retirada e/ou uso dos clientes

#### 12. Partes relacionadas

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controladora				
Universo Online S.A (a)	-	12.192	3.447	4.341
PagSeguro Digital Itda (b)	48	449.120	389	373.902
Controladas e Afiliadas				
UOL Diveo - prestação de serviço (c)	-	10.211	109	3.184
Boa Compra S/A	2.234	1.241	17.241	5
Net+Phone Telecomunicação Ltda. (d)	898	30.267	72.182	33.585
R2TECH	720	3.927	-	1.521
BancoSeguro (e)	65.012	-	194.543	-
TILIX Digital S/A	106	614	9.226	-
Biva Securitizadora de Crédito	45	5.972	-	-
Outros	6.462	2.232	916	1.896
	75.525	515.776	298.053	418.434
	-			

<sup>(</sup>b) As obrigações com terceiros correspondem aos montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais e aos valores bloqueados referentes às transações feitas pelos portadores de cartões, líquidas das taxas de intermediação e descontos aplicados. De forma geral, o prazo médio de liquidação da Companhia com os estabelecimentos comerciais é de até 14 dias.

<sup>(</sup>c) As operações com partes relacionadas estão detalhadas na Nota 12.

<sup>(</sup>d) As contingências da Companhia estão detalhadas na Nota 15.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Partes relacionadas -- Continuação

- (a) Compra de serviços de publicidade e de de suporte técnico em informática.
- (b) Saldo composto por despesas relacionadas ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP).
- (c) Compra de serviços e hospedagem (cloud) do UOL Diveo Tecnologia Ltda. ("UOL Diveo").
- (d) Passivo refere-se substancialmente ao subsídio da operação da Net+Phone.
- (e) Saldo composto substancialmente por repasse de despesas para o BancoSeguro, principalmente relacionadas a despesas de pessoal.

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Controladora final		<u> </u>		
Universo Online S.A (a)	2.878	208.477	2.520	146.591
Controladas e Afiliadas				
UOL Diveo - prestação de serviços (b)	-	49.501	-	36.771
Boa Compra S/A	47.181	1.241	21.600	-
Fundo de investimento FIDC (c)	133.383	9.506	228.355	55.365
Net+Phone Telecomunicação Ltda. (d)	2.759	296.940	67.885	349.117
BancoSeguro (e)	94.215	-	193.770	565
R2TECH R2TECH	4.862	18.643	-	16.429
BIVA Securitizadora de Crédito (f)	109.028	-	3.840	6.214
Outros	2.820	22.163	33	523
	397.126	606.471	518.003	611.575

- (a) Compartilhamento de custos de serviços relacionados sobretudo a custos de folha de pagamento e serviços de publicidade prestados pela controladora UOL à Companhia, incluindo suporte de TI, em relação a receita se refere aos fees cobrados na intermediação.
- (b) Serviços de suporte técnico em informática e hospedagem (cloud) prestados para a Companhia pelo UOL Diveo.
- (c) As receitas com FIDC são relacionadas à antecipação de recebíveis para pagamento junto aos clientes. As despesas referem-se ao ajuste de atualização a valor presente do saldo passivo.
- (d) Serviço de intermediação financeira prestados pela Companhia a Net+Phone para a realização das vendas dos leitores de cartão (ocorrido até setembro de 2019) e despesas referentes substancialmente ao subsídio da operação da Net+Phone.
- (e) As receitas se referem à taxa cobrada na operação de antecipação de recebíveis de pagamento junto com os clientes.
- (f) As receitas com a BIVA se referem à remuneração sobre as debêntures.

#### Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores da Companhia. A remuneração paga aos diretores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$104.568 (R\$126.749 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Fiscais e previdenciárias

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social - corrente	42.595	21.938
Previdenciários	17.840	13.850
Impostos retidos sobre serviços (PIS, COFINS, IRRF, ISS, INSS) – (a)	13.297	114.873
Outros	567	17
	74.300	150.678
Exigível longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social – diferido (nota 14)	1.311.133	854.566
	1.385.433	1.005.244

<sup>(</sup>a) Baseado na opinião de nossos assessores legais, o PagSeguro reverteu R\$84.294 decorrente de reavaliação da incidência de PIS e COFINS sobre receita financeira. A contrapartida dessa reversão no resultado esta registrada na rubrica de receitas não operacionais.

## 14. Imposto de renda diferido

	31 de dezembro de 2018	Constituição	Reversão	Outras	31 de dezembro de 2019
Ativo					
Impostos com exigibilidade suspensa	45.558	22.575	_	_	68.133
Outras adições temporárias ativas	26.448	75.101	(24.625)	22.198	99.122
, ,	72.006	97.676	(24.625)	22.198	167.255
Circulante	33.506	•		=	93.487
Não circulante	38.500				73.768
Passivo:					
Inovação tecnológica (i)	(81.745)	(106.922)	29.792	-	(158.875)
FIDC IN 1.585/2015 (ii)	(114.929)	(562.873)	-	-	(677.802)
Outras adições temporárias passivas	(21.658)	(16.052)	19.821		(17.889)
	218.332	(685.857)	49.613	_	(854.566)

	31 de dezembro de 2019	Constituição	Reversão	Outras	31 de dezembro de 2020
Ativo					
Impostos com exigibilidade suspensa	68.133	15.981	_	-	84.114
Outras adições temporárias ativas	99.122	73.322	(67.477)	(283)	104.784
	167.255	89.303	(67.477)	(283)	188.798
					**
Passivo:					
Inovação tecnológica (i)	(158.875)	(161.149)	52.688	387	(266.949)
FIDC IN 1.585/2015 (ii)	(677.802)	(647.123)	318.722	-	(1.006.203)
Outras adições temporárias passivas	(17.889)	64.671	(84.668)	(95)	(37.981)
	(854.566)	(743.601)	286.742	292	(1.311.133)

<sup>(</sup>i) Refere-se ao benefício obtido da lei de tecnologia da informação (lei do bem), que reduz as taxas de impostos nos investimentos da Companhia na capitalização de intangíveis relacionados a inovação tecnológica.

<sup>(</sup>ii) O imposto de renda sobre o FIDC é constituído de forma diferida e somente pago quando do momento da amortização das cotas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Imposto de renda diferido—Continuação

A realização estimada dos impostos de renda diferidos ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	31 de dezem	31 de dezembro de 2020		
	Ativo	Passivo		
2021	63.325	(87.264)		
2022	7.972	(53.390)		
2023	5.345	(53.390)		
2024	100.554	(58.897)		
2025	11.602	(53.719)		
2029	-	(1.004.473)		
	188.798	(1.311.133)		

A estimativa de valor presente do imposto de renda diferido ativo é de R\$180.365 calculados considerando as taxas médias de mercado.

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	1.799.051	2.007.084
Alíguota vigente	34%	34%
Expectativa da despesa de imposto de renda e contribuição social, em relação ao		
lucro contábil antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente	(611.677)	(682.409)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:		
Adições (exclusões) permanentes:		
Participação nos resultados	18.177	13.840
Benefício com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05 (i)	128.919	85.538
Equivalência Patrimonial	630.884	557.805
FIDC IN 1585/15	(647.123)	(562.873)
Outras adições (exclusões)	3.192	2.977
Despesa com imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do		
exercício	(477.628)	(585.121)
Provisão para Imposto de Renda	(35.156)	(21.835)
Provisão para Contribuição Social	(7.439)	(103)
Ativo Fiscal Diferido	(435.033)	(563.183)
Alíquota Efetiva	27%	29%

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Contingências

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contingências tributárias:		
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS (ii)	151.472	135.709
Imposto sobre serviços - ISS (i)	149.837	112.626
Programa de integração social - PIS (ii)	24.614	22.053
Contingências cíveis	8.392	2.495
Contingências trabalhistas	673	8.650
	334.988	281.533

<sup>(</sup>i) Imposto sobre serviços decorrente substancialmente das receitas de operações de meio de pagamento.

A Companhia obteve uma decisão judicial na qual recolhe por meio de depósito judicial, até o julgamento do mérito os Itens "i" e "ii", vide nota 7.

A Companhia é parte em ações tributárias e cíveis envolvendo riscos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2021, que totalizam aproximadamente R\$39.975 (31 de dezembro de 2019 R\$67.401). A Companhia não é parte em processos trabalhistas que envolvam riscos classificados pela administração como perdas possíveis.

A movimentação de contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada no quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2018	Adições	Baixas	Atualizações	31 de dezembro de 2019
Trabalhista	239	2.886	(754)	124	2.495
Cível	6.198	4.728	(3.538)	1.262	8.650
Tributário (i)	182.232	75.951	(125)	12.330	270.389
	188.669	83.565	(4.417)	13.716	281.533

	31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Atualizações	31 de dezembro de 2020
Trabalhista	2.495	8.789	(10.876)	265	673
Cível	8.650	8.901	(9.182)	23	8.392
Tributário (i)	270.389	46.339	-	9.195	325.923
	281.533	64.029	(20.058)	9.483	334.988

<sup>(</sup>i) adições indicadas nas contingências tributárias referem-se a discussões sobre a elegibilidade de alguns tributos, os quais estão sendo depositados em juízo, como demonstrado na NE 7.

<sup>(</sup>ii) O montante registrado nessa rubrica refere-se substancialmente aos valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 16. Patrimônio líquido

#### Capital social

Em 20 de agosto de 2020, foi aprovado o aumento de capital de R\$30.000, mediante a a emissão de 6.373.356 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal integralizadas pela acionista PagSeguro Digital. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020 o capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$5.230.994 (R\$5.200.994 em 31 de dezembro de 2020), representado por 1.662.133.845 ações ordinárias, sem valor nominal.

#### Reserva legal

A reserva legal é constituída de acordo com o Estatuto, sendo 5% do lucro líquido anual até o limite de 20% do capital social realizado. A Administração da Companhia propôs a constituição de reserva legal de R\$63.398 (R\$69.063 em 2019), referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A reserva legal somente será utilizada para aumento do capital ou para absorção de prejuízos.

#### Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia propôs a constituição de reserva de retenção de lucros de R\$828.007 (R\$1.147.147 em 2019), referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

#### Dividendos

Por meio de reunião da Diretoria realizada em 17 de março de 2020, os diretores da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos intercalares de R\$301.144, o que equivale a R\$0,181 por ação.

Por meio de reunião da Diretoria realizada em 19 de março de 2020, os diretores da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos intercalares de R\$75.410, o que equivale a R\$0,045 por ação.

#### Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito acumulado da conversão de balanços em moeda estrangeira da sua controlada BCPS no valor de R\$797 e o ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros no valor de R\$ (172). O efeito acumulado para o exercício findo em dezembro de 2020 é de R\$625 (R\$200 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 17. Receitas de prestação de serviços

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receita de intermediação	4.398.480	3.656.826
Receita com pré-pagamento	305.999	316.749
Outras receitas	35.561	59.854
Cancelamentos	(58.745)	(48.509)
	4.681.295	3.984.920

# 18. Despesas administrativas

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	
Marketing e publicidade	(509.858)	(459.520)	
Despesas com software	(295.209)	(145.262)	
Depreciação e amortização	(361.639)	(137.216)	
Honorários e consultorias	(69.184)	(38.226)	
Outras	(65.552)	(33.479)	
	(1.301.423)	(813.703)	

# 19. Despesas operacionais

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	
Custo da transação	(2.378.159)	(1.859.582)	
Subsídio	(269.448)	(315.541)	
Chargebacks	(149.880)	(156.219)	
Antecipação de recebíveis	(96.473)	(21.135)	
Outras	(44.945)	(18.608)	
	(2.938.906)	(2.371.085)	

# 20. Despesas tributárias

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
COFINS	(363.521)	(298.516)
ISS	(53.378)	(96.132)
PIS	(78.266)	(63.642)
Outros	(10.335)	(7.600)
	(505.499)	(465.890)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 21. Despesas com pessoal

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Salários e proventos (i) Encargos sociais	(125.269) (133.022)	(55.826) (69.879)
Benefícios	(45.746)	(19.761)
	(304.037)	(145.466)

(i) Em 26 de janeiro de 2018, os beneficiários do PILP receberam direitos sob a forma de quantias monetárias sem pagamento em dinheiro. Estes direitos são atribuídos em cinco parcelas anuais iguais, com início em 29 de julho de 2015 e a data de início do emprego do beneficiário. Nos termos do PILP, após a conclusão do IPO, a parte adquirida dos direitos do PILP de cada beneficiário foi convertida em ações ordinárias classe A do PagSeguro Digital ao preço do IPO (U\$21,50) que é o valor justo na data da outorga. Como resultado, os beneficiários do PILP receberam um total de 1.823.727 novas ações ordinárias classe A após a conclusão do IPO. As parcelas não utilizadas dos direitos de cada beneficiário serão liquidadas em cada data de aquisição anual futura em ações.

As ações concedidas sob o PILP estão sujeitas a um período de *lock*-up de um ano. Quaisquer ações que sejam emitidas em uma data de aquisição subsequente durante o primeiro ano após o IPO estarão sujeitas ao restante do mesmo período de *lock*-up, expirando um ano após o IPO. Após o encerramento desse período de um ano, as ações a serem concedidas sob o PILP não estarão mais sujeitas a bloqueio.

O número máximo de ações ordinárias que podem ser entregues aos beneficiários do PILP não pode exceder 3% do capital social emitido a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2020, o total de ações outorgadas era de 6.960.139 e o total de ações emitidas era de 5.149.671. A despesa com PILP para o exericio findo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$69.576 (R\$45.003 em 31 de dezembro de 2019). O valor esperado de desembolso de caixa para 2021 referente aos impostos retidos na fonte com o PILP é de R\$41.397.

#### 22. Gerenciamento de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco operacional, risco de fraude (*chargeback*), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de riscos da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Que utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, quando aplicável.

Entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

#### i) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. Para o exercício findo em dezembro de 2020 o efeito deste risco é imaterial. Portanto, não apresentamos análise de sensibilidade conforme determinado pela circular nº 3.959, uma vez que nossa exposição cambial está basicamente relacionada ao nosso saldo de equivalentes de caixa em moeda estrangeira e a operação da investida BCPS, mas ambos são irrelevantes no contexto da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Gerenciamento de risco--Continuação

#### ii) Risco Operacional

A Companhia define e trata o gerenciamento do Risco Operacional em decorrência da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes dos seguintes eventos: (i) falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas; e (ii) de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como de sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros oriundos das atividades desenvolvidas por uma instituição de pagamento, conforme a Circular Bacen nº 3.681/2013.

As atribuições relacionadas a estrutura de gerenciamento de riscos operacionais da Companhia, se dá a partir dos procedimentos de: mapeamento, identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento dos riscos operacionais, com reportes periódicos ao Corpo Diretivo.

#### iii) Riscos de fraude ("chargebacks")

A Companhia utiliza dois processos para controlar o risco de fraude.

O primeiro consiste no monitoramento, em tempo real, via sistema antifraude das transações efetuadas com cartões de crédito, débito e boletos, que aponta, identifica, aprova ou recusa transações suspeitas de fraude no momento da autorização, a partir de modelos estatísticos revisados periodicamente.

O segundo processo tem a função detectiva para tratamento de *chargebacks* e disputas, onde o primeiro processo não identificou a fraude. Este processo retroalimenta o primeiro para aumentar a capacidade de evitar novas fraudes.

#### iv) Riscos de crédito

O risco de crédito se resume na possibilidade de inadimplência: (a) os emissores do cartão, que têm a obrigação de repassar à Companhia as taxas cobradas pelas transações realizadas pelos titulares de seus cartões, e/ou (b) os adquirentes, que são utilizados pela Companhia para aprovar transações com os emissores.

Para a mitigação deste risco, a Companhia instituiu um Comitê de Risco de Crédito e Liquidez, cuja função é analisar o nível de risco de cada um dos emissores de cartão capturados pela Companhia e assim classificá-los em três grupos:

Emissores de cartão com baixo nível de risco, avaliados pelos ratings das agências FITCH,
 S&P e Moody's e são dispensados de monitoramento adicional;

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Gerenciamento de risco--Continuação

- Emissores de cartão com nível de risco médio e que são monitorados, também, pelos Indicadores de Basiléia e imobilização; e
- Emissores de cartão com nível de risco alto e que são avaliados pelo Comitê em reuniões mensais.

Adicionalmente, o gerenciamento de riscos de crédito prevê procedimentos para recuperação de créditos relacionado aos estágios de risco de perda, a rolagem e/ou renegociação dos créditos, não se limitando as premissas da circular 3.681/13 do BACEN.

#### v) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros, com o objetivo de garantir recursos suficientes para honrar os compromissos com os estabelecimentos e às necessidades operacionais.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e outros instrumentos financeiros, escolhendo instrumentos com liquidez adequada, fornecendo a segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha caixa e caixa equivalentes de R\$551.573 (R\$473.233 em 31 de dezembro de 2019).

Não apresentamos análise de sensibilidade conforme determinado pela circular nº 3.959, pois a Companhia não possui empréstimos, ou seja, não há exposição a taxa de juros. Além disso não possui nenhum instrumento derivativo ou aplicações em renda variável.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Gerenciamento de risco--Continuação

	Sem vencimento	A vencer até 30 dias	A vencer até 31 a 120 dias	A vencer até 121 a 180 dias	A vencer até 181 a 360 dias	A vencer acima de 361 dias
Em 31 de dezembro de 2020 Obrigações com terceiros Depósitos	- 567.123	7.713.389	575.787 -	152.155 -	125.885 -	-
Partes relacionadas Outras	:	-	515.776 65.578	-	:	-
Em 31 de dezembro de 2019 Obrigações com terceiros Depósitos	- 1.202.270	4.261.019 -	686.808	173.884 -	157.503 -	
Partes relacionadas Outras	-	-	418.434 -	-	1.587	17.263

#### vi) COVID - 19

Observamos que o principal impacto da pandemia COVID-19 no nosso valor total transacionado até agora ocorreu entre abril e junho de 2020, uma vez que a maioria das cidades brasileiras estava sob isolamento social e paralisações parciais devido a decisões governamentais e diretrizes do setor privado.

As paralisações parciais afetaram praticamente todos os negócios não essenciais, resultando em um severo impacto negativo na economia brasileira, mas também levando as pequenas e médias empresas a mudarem para uma mentalidade digital primordial e adotar canais de vendas online, resultando em um Processo inédito de digitalização de pagamentos e bancos no Brasil. Desde o início de julho de 2020, a maioria das cidades do Brasil, iniciou um processo de reabertura, com uma recuperação gradual de importantes atividades comerciais como shoppings, varejo em geral, restaurantes e bares, entre outros negócios não essenciais.

Além disso, observamos uma mudança no mix de pagamentos processados com cartão de débito e crédito contendo maior percentual de pagamentos com cartão de débito e, dentro dos pagamentos processados com cartão de crédito, menor percentual de transações parceladas com cartão de crédito no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa tendência é explicada pelo comportamento do consumidor desde o início da pandemia, refletindo (i) uma desaceleração do consumo e atividades transacionais a prazo, que afetaram setores da economia envolvendo compras significativas parceladas, como varejistas de mercadorias em geral (por exemplo, roupas, linha branca e eletrônicos), (ii) contração de limites de cartões de crédito pessoal e (ii) prevalência do "coronavoucher", que representa assistência financeira do governo brasileiro para fins econômicos pessoas vulneráveis, fornecendo-lhes dinheiro para pagamentos com cartão de débito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Gerenciamento de risco--Continuação

Em resposta ao COVID-19, já tomamos as seguintes ações, entre outras:

- O surto de COVID-19 apresentou mudanças rápidas na economia brasileira e no setor de pagamentos, acelerando a mudança secular do dinheiro para as transações eletrônicas. Entramos nessa crise liderando o processo de inclusão financeira e fomentando a adoção do pagamento eletrônico;
- Aquisição da MOIP que conta com uma equipe inovadora e experiente que construiu poderosas soluções de pagamento online com mais de 400 mil merchants, incluindo ecommerce, marketplaces e plataformas de lojas virtuais. Além disso, suas soluções online estão disponíveis por meio de interfaces de programação de aplicativos (APIs) e são integradas em mais de 40 sistemas de plataforma de loja virtual (e-commerce) diferentes.
- Nossos funcionários são nossa prioridade número um. Quase 100% da nossa força de trabalho ainda trabalha em casa;
- Iniciativas de apoio aos nossos comerciantes: (i) promoção de métodos de pagamento online e alternativos: Link de Pagamentos, Check-out Online, transações NFC e QR Code, (ii) serviço de entrega de comida PedeFácil, (iii) compras virtuais Zap Commerce, (iv) parceria com os Correios Brasileiros Envio Fácil; (v) QR Code virtual e cartão para uso de pagamento de voucher corona (subsídio social pago pelo governo brasileiro que pode ser usado por meio de contas PagBank) (vi) 10% de *cash back* no QR Code, (vii) *cash back* para programas relacionados ao COVID-19, incluindo "coronavouchers" e Bolsa Merenda (benefícios da previdência social brasileira para estudantes carentes) no Estado de Minas Gerais usando contas digitais PagBank gratuitas e (viii) transferências eletrônicas ilimitadas.
- A comunidade é importante para nós: (i) doando milhares de máscaras para hospitais públicos localizados nas regiões mais vulneráveis de São Paulo, (ii) doando milhares de kits contendo alimentos básicos, (iii) promovendo shows online com doações de dinheiro, alimentos e itens de saúde para o UNICEF Brasil, (iv) prestação de assistência às famílias mais vulneráveis no Brasil.

Temos uma estrutura de custos variáveis significativa e são menos gastos fixos do que outras empresas de adquirência no Brasil, principalmente em relação ao TPV, como processamento, intercâmbio, taxas de esquema de cartão, marketing e estornos.

Além disso, acreditamos que estamos bem-preparados e em uma posição estável e sólida em termos de caixa e liquidez. Em 2020, não enfrentamos qualquer redução ao valor recuperável de nossos ativos em virtude do COVID-19 e não acreditamos que não seremos capazes de continuar em operação com base em nossa liquidez e níveis de capital de giro atuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 23. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos circulantes e não circulantes, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e bancos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui empréstimos e financiamentos, portanto, não são demonstrados índices de alavancagem.

## 24. Valor justo

O valor justo refere-se ao preço que deveria ser recebido decorrente da venda de um ativo ou pago decorrente da transferência de um passivo (preço de liquidação) no mercado comum ou mais vantajoso para o ativo ou passivo, em uma transação ordenada entre os participantes do mercado na data de mensuração. Uma hierarquia de 3 níveis é adotada para mensurar o valor justo, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativo para ativos e passivos idênticos
- Nível 2 Adições além dos preços cotados citados no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 Adições para os ativos e passivos que não são baseados nos dados de mercado observáveis (ou seja, considerações não observáveis).

A tabela a seguir fornece a hierarquia de mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros do PagSeguro em 31 de dezembro de 2020:

	31 de dezembro de 2020				
	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	551.573	-	473.233	
Instrumentos financeiros	754.274	536.077	1.249.761	278.924	
Relações interfinanceiras	-	10.919.449	-	9.740.871	
Outros créditos	-	1.173.362	-	921.250	
Outros valores e bens	-	82.092	-	81.742	
Passivos financeiros					
Depósitos	-	567.123	-	1.202.270	
Outras obrigações	-	11.410.071	-	7.281.426	
Resultados de exercícios futuros	-	209.613	-	68.209	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 24. Valor justo -- Continuação

O PagSeguro acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis são substancialmente similares aos seus respectivos valores justos. Os ativos financeiros referem-se basicamente à natureza dos valores a receber cujos devedores são as principais instituições financeiras submetidas ao baixo risco de crédito, em sua maioria, recebíveis em período de curto prazo e são mensurados baseados nas considerações que a Companhia tem expectativa de receber como parte dos serviços de processamento das transações.

Os ativos financeiros também incluem as aplicações financeiras representadas por títulos do governo com preço cotado em mercado ativo e reconhecido no balanço patrimonial baseado nos respectivos valores justos.

Os passivos financeiros são substancialmente representados por contas a pagar de curto prazo com comerciantes que são pagos de acordo com os contratos celebrados com os comerciantes e outras contas a pagar referente a serviços fornecidos no curso regular da operação e também estão próximos aos respectivos valores justos.

Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

#### 25. Resultados não recorrentes

Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

Reversão de PIS e Cofins (nota 13)

31 de dezembro de 2020
84.294

31 de dezembro de 2019
-

## 26. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2021, o PagSeguro solicitou ao BACEN, uma reestruturação societária em suas investidas, as subsidiárias Net+Phone, Boa Compra, BCPS, R2TECH, BIVA e CDS serão cindidas do PagSeguro e incorporadas ao PagSeg (controlada direta do PagSeguro Digital) e às subsidiárias TILIX, YAMÍ e a ZYGO serão cindidas do PagSeguro e incorporadas ao PagBank (controlada direta do PagSeg). Posteriormente a aprovação do BACEN, seguiremos com mais duas movimentações, sendo, a Boa Compra incorporará a R2Tech e a Biva Serv incorporará de forma reversa a BIVACO. Portanto, após aprovação do BACEN a estrutura do PagSeguro terá as seguintes subsidiárias: Biva Sec, FIDC, RegistraSeguro e MOIP.

PagSeguro, MOIP e BancoSeguro estão sujeitos à regulamentação do Banco Central do Brasil. A reestruturação pretende, especificamente do ponto de vista da estrutura empresarial, segregar as empresas reguladas das não reguladas. Além disso o FIDC e a Biva Sec compõem juntamente com as empresas mencionadas acima o Conglomerado prudencial do PagSeguro.